

O PROJETO EDUCATIVO DO BISPO DOM ANTONIO DE MACEDO COSTA PARA CIVILIZAR A AMAZÔNIA PARAENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

EDUCATIONAL PROJECT OF BISHOP DON ANTONIO DE MACEDO COSTA TO EDUCATE THE PARAENSE AMAZON IN THE SECOND HALF OF NINETEENTH CENTURY

Benedito Gonçalves Costa

Secretaria Municipal de Educação/ Belém - SEMEC

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Resumo

O artigo discute o projeto educativo do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa para civilizar a Amazônia paraense na segunda metade do século XIX. Trata-se de um estudo do tipo documental e bibliográfico. As fontes históricas utilizadas neste estudo compreendem os jornais *A Estrela do Norte* (1863-1869) e *A Boa Nova* (1871-1883), criados pelo Bispo do Pará, o *Jornal do Pará* (1867-1878), as *Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia* (1851) e a obra, de Dom Antônio de Macedo Costa, *Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização* (1883). A produção historiográfica que fundamenta as análises é constituída de autores que discutem a Amazônia, o Bispo Dom Antônio de Macedo Costa e a educação na segunda metade do século XIX. O projeto educativo desse bispo, apesar de considerar importante a educação dos meninos, centrou forças na educação das meninas, pela crença de que, por meio delas, se chegaria à regeneração social pela forte influência da mulher dentro do lar doméstico.

Palavras-chave: Educação. Dom Antônio de Macedo Costa. Romanização. Amazônia Paraense.

Abstract

The article discusses the educational project of Bishop Antonio de Macedo Costa to educate the *Paraense* Amazon in the second half of the nineteenth century. It is a documental and bibliographical study. Historical sources used in this study include the newspapers “*A Estrela do Norte*” (1863-1869) and “*A Boa Nova*” (1871-1883), created by the Bishop of Pará, the “*Jornal do Pará*” (1867-1878), the *Constitutions and Rules from St. Dorothy Religious Institute* (1851) and the work, by Don Antonio de Macedo Costa, “*Amazon: Means to develop its civilization*” (1883). The historiographical production that supports the analysis consists of authors who discuss the Amazon, Bishop Antonio de Macedo Costa and education in the second half of the nineteenth century. The educational project of this bishop, despite considering important the education of boys, focused on girls’ education, believing that through them it was possible to come to the social regeneration by the strong influence of women inside the domestic environment.

Keywords: Education. Don Antonio de Macedo Costa. Romanization. Paraense Amazon.

Introdução

Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará (1861-1891), ao assumir a Diocese de Belém, desencadeou uma política que tinha como objetivo promover a regeneração social do povo da região amazônica pela educação cristã. Convicto desse propósito declarava que o seu pastorado não media esforços para tirar o povo da penumbra e levá-lo para a luz e para a civilização. Ciente das dificuldades que uma ação dessa natureza requeria, acreditava na “lei do desenvolvimento, na lei do progresso”, ou seja, que pequenas ações poderiam se “desdobrar em consequências imensas que vão influir poderosamente no futuro destino dos povos” (COSTA, 1871, p.1).

No discurso pronunciado na inauguração da Biblioteca Pública (hoje Atual Arquivo Público) em 25 de maio de 1871 em Belém, Dom Antônio de Macedo Costa, destacava que a inauguração daquela instituição poderia ser considerada para algumas pessoas pouca coisa, mas, “significava na verdade um bem transcendental que traria fatos imensos porque por meio dela, viria uma causa melhor, a instrução e com ela a civilização” (COSTA, 1871, p.3-4). Discorrendo sobre a sua presença naquele ato solene observava: “[...] o que eu abençôo, o que vós todos abençoais comigo, em nome da Religião [...] é outra causa melhor: - é a instrução a derramar-se: - é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos todo iluminado e cheio de esperanças” (COSTA, 1871, p.3-4).

Para Dom Antonio de Macedo Costa, assim como para outros intelectuais da época como, por exemplo, José Veríssimo e Euclides da Cunha, a Amazônia apesar de sua exuberante natureza, era um lugar “atrasado”. A justificativa para esse “atraso” recaía principalmente na falta de instrução do povo. Era necessário criar uma rede de escolas para instruir o povo.

Na segunda metade do século XIX, na Província do Pará, havia poucas escolas de ensino primário para atender as crianças em idade escolar. No ano de 1881, havia na Província do Pará 267 escolas de instrução primária. Destas, 87 estavam na capital e 180 no interior. Sendo 109 de 1ª entrância, 22 de 2ª entrância e 18 de 3ª entrância; 109 elementares e 9 noturnas. Tendo a Província uma população total de 300.000 habitantes, os 12.840 alunos matriculados nas escolas representavam, segundo o Presidente da província do Pará, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas, apenas 4,2% dessa população. Quanto ao Ensino Secundário, havia 111 alunos matriculados no Liceu Paraense (PARÁ, Relatório do Presidente da Província, 1882).

Na capital da Província do Pará, havia uma Escola Normal (1871), criada pelo Presidente Joaquim Pimentel Machado Portela e um estabelecimento de ensino secundário, o Liceu Paraense (1841), fundado pelo Presidente Bernardo de Souza Franco. Para a Educação das meninas órfãs, pobres e pensionistas foram criados o Colégio Nossa Senhora do Amparo, pelo Bispo do Pará, Dom Manoel de Almeida Carvalho, em 1804, e o Asilo de Santo Antônio, pelo Bispo Dom Antonio Macedo Costa em 1871 (com o nome Asilo Nossa Senhora do Carmo, mas que, a partir de 1873, passou a chamar-se Asilo de Santo Antônio). Para educação primária e profissionalizante dos meninos pobres e órfãos, foram criados por iniciativa do governo provincial o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) e, por iniciativa do Bispo Dom Macedo Costa, o Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência (1883). Além dessas instituições educativas, havia ainda o Seminário Diocesano que o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, reformou e ampliou para educar meninos e formar novos padres para atender a região amazônica.

Para melhorar e ampliar o quadro da instrução pública na Amazônia, o bispo Dom Antonio de Macedo Costa promoveu uma verdadeira campanha buscando, junto aos poderes constituídos e à população rica da Província do Pará, apoio para sua empreitada, pois só por meio da educação escolar e cristã, ele acreditava que se chegaria ao verdadeiro progresso e civilização.

Nesse sentido, este artigo discute o projeto educativo do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa para civilizar a Amazônia paraense na segunda metade do século XIX. As fontes documentais utilizadas neste estudo são os jornais *A Estrela do Norte* (1863-1869) e *A Boa Nova* (1871-1883), criados pelo Bispo Dom Antônio de Macedo Costa, o *Jornal do Pará* (1867-1878), as *Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia* (1851), a obra, de D. Antônio de Macedo Costa, *Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização* (1883). Os autores que fundamentam as análises são Riolando Azzi (1982) Ivan Manoel (2008), Fernando Neves (2009), Dom Antônio Lustosa (1992), Karla Martins (2001, 2005), entre outros. As análises aqui desenvolvidas buscam responder à seguinte indagação: Qual era o projeto educativo do bispo Dom Antônio de Macedo Costa para civilizar a Amazônia paraense na segunda metade do século XIX?

Este trabalho compreende quatro tópicos. No primeiro, apresentamos um breve relato da história de vida de Dom Antônio de Macedo Costa e os principais desafios que ele encontrou quando assumiu a Diocese de Belém. No segundo, trazemos alguns aspectos que norteavam a política romanizadora de Dom Antônio de Macedo Costa para a Amazônia. No terceiro, destacamos os ideais de civilização e progresso para essa região. No quarto, enfatizamos o papel da Igreja Católica romanizadora no campo da educação religiosa, tendo como foco de

análise, o Asilo de Santo Antônio criado pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa para educar meninas desvalidas e pensionistas na capital da Província do Pará.

1. Trajetória de Dom Antônio de Macedo Costa e do seu pastorado na Amazônia

Dom Antônio de Macedo Costa nasceu no dia 7 de agosto de 1830, no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba na cidade Maragogipe, na Província da Bahia. Seus pais chamavam-se José Joaquim de Macedo Costa e Joaquina de Queirós Macedo, tiveram doze filhos, os quais foram educados nos princípios da religião católica (LUSTOSA, 1992, p. 18).

De acordo com D. Lustosa (1992), o menino Antônio de Macedo Costa frequentou os primeiros colégios dirigidos por leigos e por isso acreditava que a formação oferecida por esses colégios não era propícia para fazer nascer nele à vocação sacerdotal, porém afirmou que “não é caso tão raro vingar a vocação sacerdotal em ambientes desfavoráveis ou abertamente hostis” (LUSTOSA, 1992, p. 19). Portanto, para D. Lustosa, a vocação do menino Antônio de Macedo Costa se deu pelo ambiente do lar cristão e pela graça divina.

Em 6 de outubro de 1854, o jovem Antônio de Macedo Costa mudou-se para Paris e foi estudar no Seminário de São Sulpício. Esse Seminário, fundado no século XVII pelo padre Jean Jacques Olier, tornou-se especialista em História da Igreja e por isso ganhou reconhecimento entre os líderes das igrejas ao redor do mundo pelo trabalho intelectual de alto nível que realizava. Dom Romualdo de Seixas, bispo da Bahia também reconhecia o valor dessa instituição e mandou para lá o jovem Antônio de Macedo Costa com uma carta de recomendação. De acordo com D. Lustosa (1992, p. 22), o reitor do Seminário, Dr. Icard, logo reconheceu o

talento de Antônio de Macedo Costa que se aplicava aos estudos. Ele se formou padre em 2 de junho de 1855 e recebeu na Catedral de Paris a *Tonsura Eclesiástica*¹.

Em 20 de junho de 1857, foi ordenado diácono e, em dezembro do mesmo ano, recebeu ordenado sacerdotal de presbítero pelo Cardeal Francisco Nicolau Marlot. Partiu para Roma e iniciou, no ano 1858, novos estudos em direito canônico. Esteve nos *Seminários de Santa Clara e Coração de Maria* e frequentou as aulas na *Academia de Santo Apolinário* onde se bacharelou em direito canônico e, em 1859, galgou o título de doutor (LUSTOSA, 1992, p. 22-24).

Antônio de Macedo Costa regressou ao Brasil no dia 1º de novembro de 1859 e foi recebido em Salvador pelo bispo D. Romualdo de Seixas, que o encaminhou para o trabalho no magistério, primeiramente no *Ginásio Baiano* e depois no *Liceu de Salvador*. Nesse período (1860) escreveu sua primeira obra intitulada “Pio IX, Pontífice e Rei” (LUSTOSA, 1992, p. 24). Pela sua ampla formação, podemos considerar que, nessas instituições educativas, o padre Antônio de Macedo Costa poderia ter ministrado aulas de Francês, Latim, Retórica e Filosofia.

Dom Antônio de Macedo Costa recebeu a sagração episcopal em 21 de Abril de 1861, em uma cerimônia realizada na Capela Imperial de Petrópolis. Assim, o jovem bispo baiano, com 30 anos de idade, desembarcou em Belém no dia 24 de julho de 1861 para iniciar seus trabalhos (LUSTOSA, 1992, p. 26).

A Diocese do Pará, a qual D. Antônio de Macedo Costa passaria a governar, foi criada em 4 de março de 1719 pela

bula papal *Corpius in misericórdia* de autoria do Papa Clemente IX, que separou a Diocese do Maranhão e Grão-Pará, dando independência e autonomia para as duas novas dioceses. Com a criação da Diocese do Pará, a Igreja de Nossa Senhora da Graça passou à categoria de Catedral (Igreja da Sé) e o 1º bispo a presidir a nova Diocese foi o Frei Bartolomeu de Pilar entre os anos 1721 a 1733 e D. Antônio de Macedo Costa foi o 10º bispo (LUSTOSA, 1992, p. 12-14).

O Palácio Episcopal, sede da nova Diocese, passou a ocupar o prédio do Colégio de Santo Alexandre, no centro da cidade. Esse Colégio, bem como a Igreja de Santo Alexandre, foi construído pelos padres jesuítas no século XVII e, no século seguinte, passou também a abrigar o Seminário Diocesano (LUSTOSA, 1992, p.114). De acordo com Martins (2002), essa atitude de D. Macedo Costa, de tomar para si a organização do Palácio Episcopal, localizado no Colégio de Santo Alexandre, tinha como objetivo “atribuir à sua missão um caráter simbólico mais amplo: o de ‘restaurar’ a obra empreendida pelos jesuítas em tempos passados, evocando sempre a imagem do padre Padre Vieira”. Segundo a autora, isso daria à romanização empreendida por D. Antônio um “duplo sentido: renovar o Catolicismo na Amazônia e, ao mesmo tempo, retomar o trabalho missionário interrompido por um gesto do poder secular” (MARTINS, 2002, p. 88).

Ao assumir a Diocese de Belém, o bispo D. Antônio de Macedo Costa realizou uma série de medidas, como a reforma do Seminário Diocesano, o envio de jovens para estudar na Europa. Iniciou uma série de visitas pastorais pelo interior a fim de acompanhar de perto a real situação da ação da igreja junto aos paroquianos, criou logo um instrumento de comunicação com o objetivo de falar e expor suas ideias romanizadoras ao povo, a saber, o jornal “A Estrela do Norte” (1863).

1 Liturgia religiosa em que o bispo dá um corte no cabelo do ordenado ao conferir-lhe o primeiro grau do clericalo, chamado também de primeira tonsura. Esse corte consiste em raspar o cabelo ordenado do centro da cabeça e ficando apenas uma rodela ao redor da cabeça. *Dicionário Oline de Português. www.dico.com.br*

Entrou em combate com os liberais, maçons e protestantes e buscou chamar para si (para a Igreja) a responsabilidade da educação dos jovens.

2. D. Antônio de Macedo Costa e a romanização na Amazônia

A romanização na Amazônia na segunda metade do século XIX ganhou destaque no cenário nacional graças à atuação arrojada de D. Antônio de Macedo Costa. Segundo Riolando Azzi (1982), o bispo do Pará merece destaque entre os três bispos brasileiros como símbolo da reforma católica na segunda metade do século XIX: D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (bispo de Olinda), D. Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e D. Antônio de Macedo Costa. Este foi se tornando “progressivamente o líder tanto do movimento reformador, como também da própria hierarquia eclesiástica nas três últimas décadas do Império” (AZZI, 1982, p.7).

De acordo com Azzi (1982), enquanto D. Viçoso voltou suas ações para as questões internas da Igreja, D. Antonio Macedo Costa teve uma atuação na busca de fazer do episcopado brasileiro “um verdadeiro poder espiritual orientador da vida da sociedade brasileira”. (AZZI, 1982, p.7) Nesse sentido, sua visão de pastoral “incluía também uma dimensão política” que na prática significava o prestígio político do bispado junto o poder temporal para exercer suas atividades com liberdade (AZZI, 1982, p.7-8).

Para Manoel (2008), a romanização foi na verdade um movimento de reforma do clero conservador contra a modernidade. Para ele, esse movimento ultramontano, seguia uma orientação política da “Cúria Romana após a Revolução Francesa, marcada pela centralização institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma e uma recusa de contatos com o mundo moderno” (MANOEL, 2008, p. 48).

Na Amazônia, entretanto, a romanização no pastorado de D. Antonio Macedo Costa foi um fenômeno mais complexo e não pode ser explicado apenas pela oposição do clero conservador contra a modernidade. Para Martins (2002, p.77), a atuação de D. Antônio de Macedo Costa na Amazônia foi marcada por um conjunto de fatores que merece uma avaliação mais profunda, para não correremos o risco de fazermos uma análise reducionista. Segundo Martins (2002, p.7), os projetos do bispo do Pará eram formados por um “conjunto de ideias teológico-laicas adaptadas a situação da diocese”, baseado em textos bíblicos como de São Paulo e em textos de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho e textos laicos como os escritos por Lamennais e Lacordaire. Por isso, D. Antônio de Macedo Costa “construiu uma base argumentativa que propunha o uso de modernas tecnologias para reforçar a importância do cristianismo no mundo” (MARTINS, 2002, p. 76). Portanto, de acordo com essa autora, os interesses do bispo do Pará não eram somente a favor da igreja, contra os interesses nacionais ou vice-versa, mas poderiam estar muitas vezes em meio termo:

Os interesses desse clero não eram tão antinacionalistas que deixassem de lado as questões internas à região e mesmo as do Brasil para voltar-se especificamente às preocupações do clero internacional. Da mesma forma, não eram amplamente nacionalistas, a ponto de colocar os problemas brasileiros acima de tudo e de todos, esquecendo que fazia parte de um universo católico maior. Nesse sentido, precisamos de cautela para definirmos os projetos do clero liderado por D. Macedo Costa na Amazônia e entender as suas variações nesse espaço e também no tempo. (MARTINS, 2002, p. 77)

Para Fernando Neves (2009, p.18), apesar de D. Antônio Macedo Costa tomar assento ao lado dos “conservadores quanto à pertinência de um poder temporal para a Igreja”, na prática, a aplicação do seu programa reformador era bastante contraditória, pois, na tentativa de combater a modernidade, acabava também incorporando a modernização (NEVES, 2009, p.25). Se de um lado o bispo do Pará combatia os valores da modernidade como as ideais liberais de laicização do Estado brasileiro, secularização do casamento e enterramento, o ensino nos moldes da educação moderna, por outro lado, absorvia outros valores da modernidade ao pregar a construção de “uma sociedade em que o progresso técnico servisse à reafirmação da vida cristã (MARTINS, 2002, p.76). Diante disso, não se pode taxar D. Antônio de Macedo Costa como antimoderno ou totalmente antiliberal, pois ele mesmo se dizia defensor da sociedade moderna e de certo tipo de liberalismo que favorecesse a Monarquia e a Igreja:

Somos liberais ao ponto de comungar os princípios democráticos que sustentam a monarquia; mas repugna-nos o liberalismo que pretende abalar o princípio da autoridade civil e política, e o da autoridade religiosa e eclesiástica. (COSTA, 1863 In: A ESTRELA DO NORTE, 15-03-1863, p. 81)

Diante disso, se faz necessário olhar a romanização na Amazônia como uma prática cultural, na qual o conceito de cultura se apresenta como “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica” (PESAVENTO, 2008, p.15). Nesse sentido, o movimento dos bispos do Brasil na segunda metade do século XIX vinha carregado de apreciação valorativa, de uma leitura que eles faziam da realidade a partir de uma cosmovisão cristã de mundo. Para combater aquilo que eles consideravam

uma ameaça, iniciaram um movimento de reforma que buscava “substituir o antigo regime de Igreja-Cristandade, de origem medieval, vigente durante o período colonial, pelo modelo de Igreja Hierárquica, implantada na Europa a partir da Reforma Tridentina” (AZZI, 1982, p. 10).

De acordo com Azzi (1982), o primeiro modelo vigente ainda no Brasil no final do século XIX defendia a Igreja e o Estado como uno, tendo o Imperador um duplo poder: de chefe do poder político e religioso. Por esse modelo (*Igreja-Cristandade*), a igreja era considerada um departamento de Estado e o clero fazia parte do funcionalismo público. No novo modelo que os bispos tentavam implantar (*Igreja Hierárquica*), a Igreja e o Estado teriam papéis distintos, a primeira “era apresenta como uma sociedade perfeita que se ocupava dos problemas espirituais” e o segundo deveria se ocupar apenas “das questões atinentes à ordem material (AZZI, 1982, p. 10).

Para implantar na Amazônia esse novo modelo de Igreja Hierárquica, D. Antônio Macedo Costa buscou cada vez mais ganhar terreno no campo da instrução, defendendo uma política educacional para a Amazônia a fim de elevar o nível da instrução pública na região para se chegar ao verdadeiro progresso, que, para ele, significava a elevação do país pela formação intelectual e educação religiosa para formação da virtude, ou seja, incutir no povo os valores católicos de acordo com as diretrizes da Santa Sé. Sobre seu esforço para avançar na conquista desse campo, há essa nota no jornal da diocese publicado em 1877:

Ninguém desconhece os esforços constantes do ilustrado Sr. Bispo diocesano para elevar entre nós o nível da instrução pública. O verdadeiro progresso não se realizará sem uma boa e sólida educação. A mocidade é o porvir, educá-la convenientemente é preparar um futuro melhor. (A BOA NOVA, 21-11-1877, p.1)

Ao reformar o Seminário, enviar jovens para estudar na Corte, Salvador e Europa, criar o Asilo de Nossa Senhora do Carmo (que depois passou a chamar-se *Asilo de Santo Antônio*, criar o *Instituto da Providência*) e trazer as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Europa, para ensinar as meninas paraenses, D. Antonio “entra com força” na disputa com os liberais pela hegemonia de um programa educacional para a Amazônia e para o país.

O programa educacional católico, como bem mostrou Manoel (2008), estava fundamentado numa teoria de educação conservadora cuja estratégia, ele denominou de “teoria dos círculos concêntricos”, que começaria com a educação da menina para se tornar “mãe cristã de filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para sociedade cristã”, chegando-se em breve espaço de tempo, a recristianização da sociedade moderna (MANOEL, 2008, p. 58). Por esse programa, a fé e a razão “andariam de mãos dadas” sendo, portanto, a educação pela fé a mais importante.

3. Dom Antônio de Macedo Costa e civilização da Amazônia

Elevar, pois o nível intelectual e moral dos povos do Amazonas é uma questão econômica de primeira ordem. Que digo eu senhores? Remontemos a mais subida esfera? É uma questão política, uma questão social, uma questão de humanidade, um grave problema do ponto de vista da civilização e do cristianismo. (COSTA, 1883, p.4)

Para D. Antônio de Macedo Costa, só existia um caminho seguro que faria a Amazônia trilhar os caminhos da civilização: elevar o nível intelectual e moral do seu povo. Para ele, investir na instrução e educação moral seria investir no desenvolvimento da

própria economia. E isso era uma questão política, social e de humanidade, pois o baixo nível intelectual e moral do povo seria um grave problema que impedia não só o avanço da civilização, mas também do cristianismo.

Para o enfrentamento desse problema, D. Antônio de Macedo Costa apresentou um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, cujos princípios estavam centrados na educação cristã e significava dar ao povo a instrução escolar e a educação moral pelo ensino da religião católica. Além de incentivar a criação de mais escolas e de criar suas próprias instituições educativas, D. Antônio também apresentou em 1883 a obra: “A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização”, na qual defendeu um projeto que ajudaria a levar aos mais distantes lugarejos da Amazônia a luz do evangelho e da civilização. Nesta obra, D. Macedo Costa resenhou a Amazônia e seu povo: o estado socioeconômico e intelectual e moral, as potencialidades da região e as perspectivas para se alcançar a tão sonhada civilização. O cerne do debate do livro é justificar, à elite local, as vantagens de se construir um Navio Moderno (Vapor-Igreja), “um templo flutuante destinado a evangelização do grande vale” (COSTA, 1883, p.5), para ajudar no processo civilizatório da região:

Consiste esta idéia na construção de um pacote a vapor adaptado exclusivamente ao serviço de uma missão permanente no vale do Amazonas. Será um *Navio-Igreja*, um *Templo Flutuante*, que levará a seu bordo um grupo de excelentes Sacerdotes, a percorrerem continuamente em todos os sentidos a imensa rede fluvial do rio-mar, levando às luzes e os socorros do espírito as populações cristãs e pagãs que hoje vivem e morrem completamente ao desamparo. (COSTA, 1883, p.13)

Os argumentos iniciais apresentados por D. Antônio Macedo Costa para convencer a população rica da Amazônia a investir no seu projeto *Navio-Igreja* trazem a ideia de uma Amazônia com grande potencial econômico e que, para se chegar à civilização, o único caminho seria elevar o nível intelectual e moral do povo pela educação cristã. Segundo D. Antônio, a Amazônia era uma região que vinha atraindo cada vez mais a atenção do mundo não só pela incomparável beleza e espetáculo da natureza, mas também pelo seu grande potencial econômico: “A ciência, a indústria, o comércio começam a descobrir o recôndito e opulento tesouro de riquezas naturais, encerradas nesta bacia Amazônica, que poderá alimentar um dia a fartar cem milhões de criaturas humanas” (COSTA, 1883, p.3).

Para fundamentar a crença no potencial econômico da Amazônia, D. Antonio Macedo Costa cita Agassiz e Humdoldt. Para o primeiro a Amazônia seria uma região mais rica e fecunda do que os célebres vales do rio Nilo e que deveria um dia possibilitar à humanidade recursos inesperados. Para o segundo, a Amazônia seria um dia o maior empório do comércio do mundo. Para que essas “profecias” se tornassem realidade, D. Antonio Macedo Costa defendeu a elevação do nível intelectual e moral do povo amazônico. De acordo com ele, se o trabalho na Amazônia, mesmo de forma rústico e com todas as deficiências, inclusive aquelas oriundas do baixo nível intelectual e moral do povo, já pesava na balança comercial do mundo, com as reformas defendidas por ele, os resultados seriam muito maiores:

Com efeito se agora que apenas se entra a explorar alguns produtos espontaneamente oferecidos pela natureza, sem sombra de cultura, com processos de extração grosseiros ininteligentes, com braços insuficientes para o trabalho, com uma população em parte nô-

made, quase sem cultivo intelectual e moral em parte mergulhada na noite do selvagismo, já o Amazonas pesa na balança da indústria e comércio do mundo, que será quando o *ouro vegetal* da *sinfonia elástica*, de que ele já fornece por dois terços do consumo do globo, e os outros produtos com que enriquece de presente os mercados da Europa e América, forem espantosamente acrescentados pelo trabalho e indústria de uma grande população instruída, moralizada, laboriosa; que será quando a essas se ajuntarem outros gêneros, drogas e especiarias ainda não utilizadas, como essências, tintas, cascas, óleos, gomas, resinas, fibras têxteis, plantas raras, madeiras preciosas, e mil e outros riquíssimos produtos que braços inteligentes e ativos poderão desentranhar desse solo abençoado? (COSTA, 1883, p.4)

Para D. Antonio Macedo Costa, o caminho que a Amazônia precisava trilhar para desenvolver sua economia e sua civilização era o cultivo intelectual e moral, que, para os romanizadores, significava desenvolver na região a prática do trabalho. A palavra trabalho significava para os ultramontanos atividades manuais e intelectuais, sendo a última a mais nobre. Por isso D. Antônio Macedo Costa defendia a substituição do trabalho “grosseiro e ininteligentes” por um “trabalho e indústria de uma grande população instruída, moralizada e laboriosa” (COSTA, 1883, p.4). Como desenvolver “braços inteligentes e ativos”, capazes de tirar inúmeras riquezas do abençoado solo amazônico? A resposta de D. Antônio de Macedo Costa era clara: “Elevar o nível intelectual e moral dos povos do Amazonas é uma questão econômica de primeira ordem” (COSTA, 1883, p.4). Portanto, para desenvolver a civilização, seria fundamental desenvolver o trabalho em todos os seus aspectos: manual e intelectual. Para isso, só existia um caminho, a educação.

Só a educação seria capaz de promover a civilização pela elevação do trabalho, principalmente no seu aspecto intelectual. Mas, não qualquer educação, apenas a educação nos moldes cristãos:

É sobre a educação, que os melhores pensadores convergem seus estudos. A educação da mocidade vazada nos moldes cristãos dará uma sociedade moralista, pacífica e próspera como a que voltar ao tipo pagão, ao materialismo, produzirá infalivelmente a anarquia, a ruína e a morte. (A BOA NOVA, 23-07-1879, p.1).

No texto acima, intitulado “Educação”, de autoria não identificada, os clérigos redatores do jornal A Boa Nova defendiam que somente a educação cristã daria uma sociedade moralista, pacífica e próspera. Já onde a educação acontecesse nos moldes pagãos, fundada na filosofia materialista, o que se produziria seria “infalivelmente a anarquia, a ruína e a morte”. Para evitar que esse estado de anarquia moral se instalasse na Amazônia, pela penetração de ideais modernos anticatólicas como o comunismo e anarquismo, D. Macedo Costa tomou várias medidas, dentre elas, a criação do “Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência”, em 1883. Segundo D. Lustosa (1992, p. 493), o Instituto da Providência nasceu do empenho de D. Macedo Costa inspirado do trabalho de S. João Bosco, fundador do “Instituto Salesiano do trabalho” com a intenção de combater na Europa o chamado *perigo operário*:

S. João Bosco intuiu o perigo operário, percebeu que a impiedade estava aparelhando a *massa proletária* para atirar contra todas as instituições de ordem social. O único meio de prevenir o mal seria educar, desde a infância, operários sinceramente católicos. Deveria para isso abrir oficinas-escolas

de diferentes artes e ofícios, provê-las de tudo: pessoal dirigente técnico, máquinas modernas, etc., a fim de que os operários aí formados em nada se sentissem inferiores aos outros do mesmo mister, formados em oficinas sem religião. (LUSTOSA, 1992, p. 493)

O século XIX foi marcado por movimentos de trabalhadores urbanos que reivindicavam, entre outras coisas, melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho e melhores salários. Muitos desses movimentos, fundamentados nos princípios do comunismo e do anarquismo, foram vistos pela Igreja Católica como perigosos. De acordo com D. Lustosa, esses movimentos buscavam incitar a “massa proletária” contra todas as instituições de ordem social e o único meio de evitar esse “mal” seria pela educação cristã dos futuros operários (LUSTOSA, 1992, p. 493).

De acordo com o historiador da educação Franco Cambi (1999), o século XIX foi marcado pela influência das chamadas pedagogias oitocentistas, construídas a partir de duas principais correntes ideológicas: *o positivismo* e *o socialismo*. Com a primeira corrente ideológica, a educação ocupa papel central, pois, ao buscar construir uma sociedade positiva (científica), era preciso conformar, integrar e tornar o sujeito socialmente produtivo. Já no socialismo, buscava-se forjar uma pedagogia ideológica para a libertação e emancipação do ser humano. No anarquismo, buscou-se formar uma pedagogia libertária que colocava o indivíduo antes da sociedade (CAMBI, 1999, p 410-411).

Essas ideais modernas (positivismo, socialismo e anarquismo) se espalharam pela Europa, ganhando “terra fértil” no seio da classe trabalhadora. Na Inglaterra, o historiador Eduard Thompson, na sua obra “A formação da classe operária Inglesa” (1997), que discute a organização da classe

trabalhadora, enfatiza que em Londres houve uma série de lutas sociais por direitos e reformas parlamentares. Entretanto, faltou a esses movimentos populares, de acordo com Thompson, uma “coerência e vigor resultante do envolvimento de toda uma comunidade em tensões sociais coletivas”. Porém, ainda de acordo com esse autor, esses movimentos populares, por estarem sujeitos às motivações intelectuais e ideológicas, conseguiram ter um alcance significativo: de Londres se difundiam para os centros provinciais (THONPSON, 1997, p19).

O historiador Eric Hobsbawn (2000) também identificou outro fenômeno na Inglaterra, fruto das lutas dos trabalhadores, chamado de Luddismo ou destruição das máquinas. De acordo com esse autor, esse movimento de quebras de máquinas, que “não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra matérias-primas e produtos até propriedades”, seria um recurso usado pelos trabalhadores como “meio de forçar seus empregadores a fazer-lhe concessões com relação a salários e outras questões” (HOBSBAWN, 2000, p. 17-19).

Nesse sentido, era preciso fazer combater o perigo operário e fazer os trabalhadores trilhareem o caminho da ordem e da submissão às autoridades constituídas e a Igreja. Para isso, era preciso “educar, desde a infância, operários sinceramente católicos (LUSTOSA, 1992, p. 493).

Foi com esse propósito que nasceu o Instituto de São João Bosco na Europa (1859), o qual vinha alcançado bons frutos no campo da formação profissional de adolescentes e jovens pobres. Por isso D. Macedo Costa procurou trazer os padres salesianos para Amazônia, como isso não foi possível, não desistiu de seu objetivo e criou, mesmo sem o apoio dos salesianos, sua própria instituição em 1883, o *Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência*. O local escolhido para construir o prédio do

Instituto foi à margem da Estrada de Ferro Belém-Bragança, perto do Marco da Légua, antes de Ananindeua. Lá eram atendidos filhos de índios e da população pobre, que recebiam, entre outras coisas, educação religiosa e moral, instrução primária, profissional, destacando-se a educação musical (LUSTOSA, 1992, p. 494).

O Instituto da Providência foi a segunda instituição criada na Província do Grão-Pará para atender meninos pobres *Artífices*, criado pelo governo provincial em 1872. Esse Instituto, de acordo com Barbosa (2011), representou a principal política do governo provincial paraense para os meninos desvalidos, numa tentativa de consolidar os “ideais iluministas produzidos na Europa, materializados no projeto civilizador de transformar índios e mestiços em cidadãos *distintos e morigerados*” (BARBOSA, 2011, p.5).

Essa iniciativa do Estado brasileiro de criar instituições para asilar meninos e fazê-los aprender uma profissão mostra-nos que a elite do país também se apropriou do discurso civilizador inspirado nos ideais iluministas. Com a criação dessas instituições asilares para meninos (Institutos de Artes e Ofícios), buscou-se desenvolver no país uma pedagogia que mesclava a instrução escolar profissional com a educação religiosa para a formação moral e dos costumes com o objetivo de combater o perigo operário.

Do mesmo modo com que se buscou construir instituições educativas para livrar os meninos do perigo operário, o Império brasileiro (Estado-Igreja) também procurou asilar as meninas a fim de mantê-las afastadas do perigo feminista, como bem mostrou Manoel (2008). Portanto, as instituições asilares construídas por D. Antônio de Macedo (Instituto da Providência. E o Colégio Santo Antônio) tinham uma dupla função: combater os perigos da modernidade e desenvolver a civilização pela elevação

do nível intelectual e moral pela educação cristã.

4. D. Antônio de Macedo Costa e o Asilo de Santo Antônio

O Asilo de Santo Antônio é uma obra eminentemente diocesana e, portanto digna das simpatias da população paraense. E quando se considera o fim para que foi criado e o grande bem social e regenerador, que é destinado a produzir, não pode deixar de merecer a atenção dos homens sensatos que anelam a restauração social pela verdadeira educação da mulher. (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2)

O texto acima, sem autor identificado, faz parte de uma matéria intitulada “O Asilo de Santo Antônio e a educação da mulher”, publicada no jornal A Boa Nova, em 1877, logo após a chegada de D. Macedo Costa com as *Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia* da Europa, que vieram para assumir a administração do Asilo de Santo Antônio. Nesse texto, tenta-se chamar atenção do povo para o bem que o Asilo traria para a sociedade paraense.

Primeiramente, chama-se atenção do leitor para as obras de Deus, que sempre, no começo, têm um cunho humilde e de simplicidade, pois Deus costuma usar os pequenos para abater os grandes e lança mão do fraco para confundir o forte. Nesse sentido, o Asilo de Santo Antônio teria uma origem humilde, assim como as demais obras de Deus, mas depois das reformas, iria se tornar uma obra rica em resultados e fecunda para o bem da sociedade cristã: “O Asilo de S. Antônio é uma dessas obras: hoje o vedes modesto, humilde; amanhã o vereis crescendo admiravelmente e a geração futura será testemunha dos seus benefícios na Província do Pará” (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

Com essas palavras proféticas, o referido texto afirmava que o Asilo fundado para atender meninas desvalidas, havia mais de cinco anos pelo “sábio e virtuoso prelado”, lhe tinha custado muitos suores e grandes sacrifícios e que essas lutas não tinha apagado do coração do bispo “o zelo e a esperança de vê-lo prosperar coberto pelas bênçãos de Deus”. Para que essa prosperidade fosse possível, essa obra pia necessitava da ajuda da população paraense. Por isso, solicitava-se a “atenção dos homens sensatos que anelam a restauração social” para que ajudassem o Asilo de Santo Antônio a cumprir o fim para o qual foi criado: *promover o grande bem social e regenerador pela verdadeira educação da mulher* (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

De acordo com esse texto, a influência moral e religiosa da mulher na família seria incontestável, pois a sociedade seria o reflexo das famílias: “se estas são más a sociedade o será também, se boas, a sociedade prosperará”. Nesse sentido, a educação oferecida no Asilo de Santo Antônio não teria como missão formar a “mulher mundana”, mas a “mulher cristã”, de *trabalho* e *piedade*. Essas duas virtudes seriam, na concepção dos padres ultramontanos, o maior patrimônio que a mulher poderia ter, pois com elas as mulheres seriam modelo para os filhos e exemplo para os maridos, um anjo a tutelar o lar doméstico (A BOA NOVA, 08-09-1877, p.2).

Como podemos observar, a educação da mulher adquiriu um papel central na política romanizadora na Amazônia pela crença de que ela seria a verdadeira guardiã do lar, aquela que iria influenciar decisivamente na formação dos filhos e ser exemplo para o marido e, com isso, ajudar a promover a regeneração social e, conseqüentemente, ajudar a se chegar ao verdadeiro progresso.

Nesse sentido, as freiras do Instituto de Santa Dorotéia se enquadravam no programa romanizador do D. Antonio de

Macedo Costa, por compartilharem a mesma convicção como pode ser observado nas seguintes palavras: “A obra Pia, educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge. Se esta cresce boa, e sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p.54-55). Para as irmãs Dorotéias, o sucesso do trabalho delas seria garantido pela Divina Misericórdia e pela forma de trabalho que era “inteiramente evangélico, e por isto, certamente eficaz”. Por isso, tinham a certeza de que “educar bem as crianças é reformar o mundo e conduzi-lo a verdadeira vida, como diz Cristo na sua Doutrina” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p.54-55).

Para os padres romanizadores do Pará, a educação oferecida nas instituições religiosas seria mais produtiva porque as crianças não estariam sob os cuidados de mulheres civis, mas de mulheres religiosas, freiras educadas e preparadas para o ofício do magistério nas melhores instituições do gênero da Europa. Portanto, a presença das freiras do Instituto de Santa Dorotéia na direção do Asilo de Santo Antônio era, segundo os padres ultramontanos, a garantia mais segura de restauração social (A BOA NOVA, 03-10-1877, p.1). Por isso, o Asilo de Santo Antônio a todos deveria interessar porque era destinado “a boa educação da mulher, ao desenvolvimento e vida da caridade, à assistência da pobreza, à preciosíssima missão de formar a inteligência e o coração das meninas pelo ensino da verdadeira doutrina religiosa e pelo amor a prática da sã moral evangélica” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p.1).

O Asilo de Santo Antônio, além de oferecer uma boa educação, oferecia também, de acordo com os padres redatores do jornal A Boa Nova, uma excelente estrutura para receber as meninas porque, desde que chegou

da Europa, D. Macedo Costa não tinha poupado esforços para reformar o Convento dos padres franciscanos e oferecê-lo às freiras e às meninas totalmente adaptado às exigências higiênicas dos estabelecimentos públicos de educação:

Está na natureza de todo estabelecimento público de educação, especialmente de meninas, ter casa boa, espaçosa, higiênica com acomodações excelentes para os atos religiosos, aulas, os dormitórios, os recreios e tudo mais que se torna preciso não só para a conservação física e adiantamento moral das alunas, como também o fácil desempenho da árdua missão das mestras. Ora, neste ponto de vista nada faltará ao Asilo de Santo Antônio. O ilustrado prelado paraense não tem poupado esforços desde sua chegada da Europa para dotar aquele Estabelecimento com uma casa admiravelmente adaptada para tão alto fim. (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1)

Para reformar o antigo convento, D. Antônio de Macedo Costa promoveu uma verdadeira campanha que mobilizou pessoas simples que doavam sua mão de obra e gente rica que doava dinheiro, materiais de construção e mão de obra de seus escravos. A classe política do Pará também entrou na campanha e aprovou na Assembleia Legislativa da Província um decreto concedendo três loterias anualmente em benefício do Asilo de Santo Antônio. Por esse decreto, cuja numeração não aparece na notícia do jornal, ficava determinado também que as loterias destinadas para o Asilo de Santo Antônio estariam isentas de impostos provinciais (JORNAL DO PARÁ, 05-06-1878, p. 1).

Os resultados positivos da reforma no espaço físico e a estrutura pedagógica com a presença das educadoras de Santa do Dorotéia, no Asilo de Santo Antônio, era, para

os padres auxiliares de D. Macedo Costa, a prova incontestável da superioridade dessa instituição na Província. Qual era a condição imprescindível para a verdadeira educação das meninas? Perguntavam os padres. E respondiam: “É que tenham mestras modelos, quer nos trabalhos domésticos, quer nos estudos, quer na prática da religião; que tenham mestras que sejam espelho fiel onde se mirem, para por ele pautarem seus desejos, pensamentos e atos” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1). Eles ressaltavam aos pais de família da Província que ficassem despreocupados porque encontrariam no Asilo de Santo Antônio educadoras cheias de abnegações e virtudes cristãs:

Ali tereis pais de família, como educadoras de vossas filhas essas senhoras cheias de abnegação, humildade, obediência e sacrifício; do sacrifício sobretudo, que é como o *criterium* de quem se dedica ao famoso lidar da educação. Tereis por inspiradoras e guias de vossas filhas na prática do bem, do amor da virtude, *máxime* na formação do coração puro e cristão, essas respeitadas religiosas, que desprezaram o mundo e suas seduções, tão conhecidas e estimadas em Roma, Portugal, em toda Europa pelos trabalhos de seu apostolado tanto mais frutíferos e sublimes quanto se operam na vida humilde na paz do Senhor. (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1)

Para reafirmar a importância do Asilo de Santo Antônio para a sociedade paraense, com a certeza de que ele iria prosperar grandemente, os padres romanizadores defenderam que o Asilo de Santo Antônio era obra de Deus e de um grande bispo, e, portanto, os sacerdotes e todos os homens sérios e cordatos deveriam auxiliar o bispo na fundação e conservação do Asilo porque os benefícios daquele trabalho não seriam somente para a capital, mas para toda

Província: “A Província inteira lucrará, pois trata-se de assegurar e desenvolver de modo admirável a verdadeira e sólida educação da mulher, a qual prende todas as atenções, porque lhe estão ligados os interesses vitais da sociedade” (A BOA NOVA, 03-10-1877, p. 1). Por isso, o Asilo de Santo Antônio se tornou o centro das atenções da sociedade paraense, pois nele se depositou grandes expectativas e esperanças. Não era qualquer Asilo, era o Asilo do bispo. Não era qualquer bispo, era o bispo ilustrado que ousou desafiar o imperador. Não eram quaisquer professoras, eram professoras e freiras educadas na Europa. Portanto, se esperava do Asilo bons frutos.

Considerações Finais

A segunda metade do século XIX foi marcada por um conjunto de transformações oriundas de um longo processo de disputas políticas e ideológicas no Brasil. De um lado, o grupo liberal tentava ganhar terreno e fazer no país as reformas políticas e constitucionais a fim de livrar-se de amarras do passado colonial e monarquista e, de outro, o grupo conservador, que, embora defendesse certos valores progressistas, procurava manter seus privilégios garantidos pela estrutura política e econômica do regime imperial. Embora os dois grupos políticos divergissem em muitos aspectos, concordavam, porém numa coisa, isto é, a educação seria o caminho mais seguro que iria construir uma nação forte e fazê-la trilhar o caminho da civilização e do progresso.

Nesse contexto, a Igreja Católica, representada pelos bispos romanizadores, embora do lado dos conservadores, procurava cada vez mais ganhar autonomia e força política a fim de manter seu privilégio de religião oficial do Estado. Para tanto, procurava cada vez mais ganhar terreno no campo da educação, propondo um programa de educação católico que buscava

recristianizar toda a *Nação* de acordo com os labores reformadores romanizadores.

No Pará, o D. Antônio de Macedo Costa destacou-se por desenvolver um projeto de educação aguerrido, como a reforma e modernização dos Seminários Diocesanos (Seminário Maior com curso mais avançado para a formação de novos padres e Seminário Menor que oferecia curso de humanidades), o envio de jovens para estudar nos Seminários da Europa e em outras Províncias como

Bahia e Rio de Janeiro. Além disso, criou, para educar meninos pobres, o Instituto de Artes e Ofícios da Providência e, para educar meninas desvalidas e abastadas, o Asilo de Santo Antônio. Apesar de considerar importante a educação dos meninos, D. Antônio de Macedo Costa centrou forças na educação das meninas pela crença de que por meio delas se chegaria à regeneração social pela forte influência da mulher dentro do lar doméstico.

Referências

AZZI, Riolando. **A Presença de D. Antônio de Macedo Costa na Igreja do Brasil**. In: *D. Antônio de Macedo Costa bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891)*. Cadernos de História da Igreja no Brasil. São Paulo. Edições Loyola – CEPEHIB, 1982.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da *belle époque***. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2011.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. Fundação Editora da UNESP (FEU). São Paulo, 1999.

HOBSBAWN, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Terra e Paz, São Paulo, 2000.

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. **D. Macedo Costa (bispo do Pará)**. Belém: SECULT, 1992 (Lendo o Pará 13).

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação (1859 – 1919): uma face do conservadorismo**. EDUEM, Maringá, 2008.

MARTINS, Karla Denise. **Civilização católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX**. Revista de História Regional 7(1):73-103, 2002. Disponível em: <http://eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/view/2143/1624>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

NEVES, Fernando Arthur de Fretas. **Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica no Pará sob o Pastorado de Dom Macedo Costa (1862 – 1889)**. São Paulo, 2009. 364 f. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Autêntica, Belo Horizonte, 2008.

THOMPSON, Eduard P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

Fontes Documentais

Constituições e Regras da Santa Dorotéia e obras e discurso de Dom Macedo Costa

COSTA, D. Antônio de Macedo. Discurso Pronunciado por D. Macedo Costa na Inauguração da Bibliotheca Publica (1871). Disponível: Arquivo público do Estado do Pará: Guia de discursos, Falas, Mensagens e Relatórios. 2010. Discursos Estaduais nº 5.

COSTA, D. Antônio de Macedo Costa. Amazônia: Meio de desenvolver sua civilização. Tipografia do livro do Comércio. Pará, 21 de março de 1883. Disponível em: Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR).

ROMA. Instituto de Santa Dorotéia: Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia. Tipografia de G. Battista Marini e B. Morini, 1851.

Jornais

A Estrela do Norte (1863 – 1869). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

A Boa Nova (1871 - 1883). Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR).

Jornal do Pará (1867– 1878). Disponível em: *Biblioteca Nacional Digital Brasil*: <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

Relatório do Presidente da Província do Pará

PARÁ. Relatório com que ao Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1.o vice-presidente, passou a administração da Província do Pará o exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março de 1878. Pará, Typ. Guttemberg, 1878. Disponível em: Center for Research Libraries Global Resources Network: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 02 de março de 2014.

Sobre os autores

Benedito Gonçalves Costa

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA). Técnico em Educação de Jovens e Adultos da Secretária Municipal de Educação/ Belém (SEMEC).

E-mail: beneditogcosta@yahoo.com.br.

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Doutora em Educação (História, Filosofia e Educação) pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Integrante dos grupos de pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) e do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP).

E Mail: socorroavelino@hotmail.com.

Recebido em 10.05.2015

Aceito em 05.06.2015

